

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 25211-051-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	9
Demonstrações financeiras	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	20



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “Pernambuco III”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. As informações estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Destaques do Exercício (em R\$ mil)

	2024	2023	Δ %
Receita operacional líquida	192,0	170,9	12%
Lucro Bruto	69,1	57,5	20%
<i>Margem bruta</i>	36%	34%	02 p.p.
EBITDA	103,8	89,5	16%
Prejuízo do período	(42,7)	(111,6)	-62%

Desempenho Operacional

O ano de 2024 registrou a maior expansão da história na matriz energética brasileira. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)¹, essa é a maior expansão histórica desde o início da medição em 1997, encerrando o ano de 2024 com um acréscimo de 10.853 MW⁴ de potência fiscalizada no sistema.

¹ [https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2025/matriz-eletrica-teve-aumento-de-10-9-gw-em-2024-maior-expansao-da-serie-](https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2025/matriz-eletrica-teve-aumento-de-10-9-gw-em-2024-maior-expansao-da-serie-historica#:~:text=Matriz%20el%C3%A9trica%20teve%20aumento%20de,Ag%C3%A2ncia%20Nacional%20de%20Energia%20El%C3%A9trica&text=Como%20est%C3%A1%20sua%20distribuidora?)

historica#:~:text=Matriz%20el%C3%A9trica%20teve%20aumento%20de,Ag%C3%A2ncia%20Nacional%20de%20Energia%20El%C3%A9trica&text=Como%20est%C3%A1%20sua%20distribuidora?



Ainda de acordo com a ANEEL, em 2024, o sistema brasileiro de energia, quebrou um recorde quanto a novas usinas, totalizando 301 novas plantas em 16 estados brasileiros, sendo que desse total, 22 são novas usinas termelétricas injetando assim 906,7MW⁴ ao sistema interligado nacional (“SIN”).

Em relação ao consumo de energia do país, segundo a resenha mensal do mercado de Energia Elétrica publicada pela EPE em janeiro de 2025² referente a dezembro de 2024, o consumo em 2024 atingiu 560.219 GWh, uma alta de 5,3% em comparação com 2023, consolidando o aumento expressivo no consumo de energia.

Em relação ao comportamento de consumo por regiões geográficas, o Norte, Sul e o Centro-Oeste se destacaram, apresentando um aumento de 6,9%, 6,1% e 5,4%, respectivamente de consumo de energia no país, puxado principalmente pela alta no consumo residencial. As inundações do Rio Grande do Sul registraram alta de consumo de energia no término do ano, confirmando a retomada da normalidade das atividades da região após as fortes chuvas e inundações da região.

Em relação a tarifa de energia, de acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) publicado pelo IBGE em 27 de dezembro de 2024³, a tarifa de energia elétrica residencial acumulou alta de 1,37% no Brasil em 2024, influenciado pela bandeira tarifária amarela e vermelha em 4 meses de 2024. A escassez das chuvas em 2024 levou à redução dos níveis dos reservatórios brasileiros o que forçou no acionamento das usinas termelétricas do Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Frente ao cenário exposto acima, a Pernambuco III fez frente a geração de energia ao SIN no exercício de 2024, o total de 33.385 MWh⁴ (17.484 MWh⁴ em 2023), em relação à disponibilidade de motores, a Pernambuco III encerrou o exercício de 2024 com todos os motores (23) aptos a operar.

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração.

Em 2024 a Pernambuco III encerrou o ano com 35 dias sem acidentes com afastamento. Em novembro de 2024 houve o registro de um acidente com afastamento. A Segurança de todos é um valor inegociável para a Companhia, e ao longo dos últimos anos a Administração reforça o seu compromisso com o esforço e engajamento para que os processos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente sejam revisados e melhorados continuamente.

Compliance

A Administração da Companhia conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles

² [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-153/topico-744/Resenha%20Mensal%20-%20Janeiro%202025%20\(base%20Dezembro\).pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-153/topico-744/Resenha%20Mensal%20-%20Janeiro%202025%20(base%20Dezembro).pdf)

³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42319-previa-da-inflacao-tem-alta-de-0-34-em-dezembro-e-fecha-2024-em-4-71>

⁴ Informação não financeira não auditada



internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Jurídico / Regulatório

A Companhia possui liminar judicial vigente que suspende a cobrança de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, tal entidade segue contabilizando as penalidades, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa da controlada. No exercício de 2024 a Companhia atuou de forma tempestiva para manter tal liminar em vigor, porém, diante da precariedade, a classificação de risco de perda é possível.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2024	2023	Δ R\$	Δ %
Fixa	183,9	175,5	8,4	5%
Variável	30,4	15,4	15,0	97%
Energia de curto prazo MCP	0,2	0,1	0,1	100%
Receita operacional bruta	214,5	191,0	23,5	12%
(-) Deduções s/ Receita	(22,5)	(20,1)	(2,4)	12%
(-) Pis/Cofins	(19,8)	(17,7)	(2,1)	12%
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(1,9)	(1,7)	(0,2)	12%
(-) Encargos setoriais	(0,8)	(0,7)	(0,1)	14%
Receita operacional líquida	192,0	170,9	21,1	12%
(-) Custo operacionais	(122,9)	(113,4)	(9,5)	8%
Lucro Bruto	69,1	57,5	11,6	20%
<i>Margem bruta</i>	<i>36%</i>	<i>34%</i>		<i>02 p.p.</i>
Despesas gerais e administrativas	(5,4)	(8,2)	2,8	-34%
Outras (despesas) e receitas	0,2	0,2	(0,0)	-21%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	63,8	49,5	14,3	29%
Receitas financeiras	1,7	3,8	(2,1)	-55%
Despesas financeiras	(108,2)	(164,9)	56,7	-34%
Resultado financeiro líquido	(106,5)	(161,1)	54,6	-34%
Prejuízo antes do IR e CS	(42,7)	(111,6)	68,9	-62%
Prejuízo líquido do exercício	(42,7)	(111,6)	68,9	-62%



Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o ano de 2024 com uma receita operacional bruta de R\$ 214,5 milhões, frente a R\$ 191,0 milhões em 2023, uma variação de R\$ 23,5 milhões ou +12%, decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 8,4 milhões na parcela da receita fixa, decorrente do reajuste anual no preço de energia pelo IPCA e (ii) aumento de R\$ 15,0 milhões na receita variável decorrente da ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em 2024

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o ano de 2024 em R\$ 192,0 milhões frente a R\$ 170,9 milhões em 2023, um aumento de R\$ 21,1 milhões ou +12% impactado principalmente pela receita variável decorrente da ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com os custos operacionais no patamar de R\$ (122,9) milhões, um aumento de R\$ (9,5) milhões ou +8% frente ao montante de R\$ (113,4) milhões registrado em 2023. Essa variação se deve aos aumentos pontuais ocorridos nas rubricas de custos da Companhia, sendo elas: (i) aumento na utilização de combustível de R\$ 12,3 milhões para fazer frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional (SIN) no total de 33.385 MWh no período, e (ii) redução de aluguéis de tanques R\$5 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas da Companhia registrou uma variação de R\$ 2,8 milhões entre exercícios (R\$ 5,4 milhões em 2024 ante R\$ 8,2 milhões em 2023) atribuível principalmente à redução de R\$ 2,6 milhões de serviços terceiros entre exercícios.

EBITDA

Em 2024 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 103,8 milhões frente a R\$ 89,5 milhões em 2023, uma variação nominal de R\$ 14,3 milhões entre exercícios. A melhora do EBITDA da Companhia se dá em razão do aumento das receitas variáveis nos períodos fruto dos despachos ordenados pelo ONS, e pela redução das despesas financeiras, fruto da repactuação das debêntures ocorrida no exercício de 2023.



Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2024 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R\$ 887,3 milhões, montante 15,4% maior ao saldo registrado em dezembro de 2023 de R\$ 871,8 milhões.

O saldo de empréstimos e debêntures em 2024 apresentou uma variação nominal de R\$ 15,4 milhões em relação a 2023. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou 2024 com um saldo de R\$ 13 milhões versus R\$ 2,6 milhões em 2023, uma variação nominal de R\$ 10,4 milhões, resultando em uma dívida líquida no exercício de 2024 de R\$ 874,3 milhões.

A alavancagem da Companhia atingiu 8x, calculado através da razão entre a dívida líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 738,2 milhões (R\$ 725,6 milhões em 31 de dezembro de 2023), sendo contabilizado no passivo circulante R\$ 62,0 milhões e R\$ 676,2 no passivo não circulante (em 31 de dezembro de 2023 no passivo circulante R\$ 42,9 milhões e R\$ 682,7 no passivo não circulante).

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures da Companhia ocorrido em 01 de setembro de 2017 e a reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures.

Empréstimos

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário nº 1011161000005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A (Escritura de Emissão).

Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizado Multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nº 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB).



Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas “Tranche A”, “Tranche B” e “Tranche C”, respectivamente (em conjunto, as “Tranches”), as quais serão pagas segundo critérios distintos

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e com a opinião expressa no parecer de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III S.A. e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Igarassu – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1, que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado, em 31 de dezembro de 2024, um montante total de prejuízos de R\$ 925.948 mil, e naquela data, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 754.901 mil. A referida nota explicativa e divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 14 e 15, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida (Nota Explicativa nº 10)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10– “Imobilizado”, a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 124.711 mil. Em 31 de dezembro de 2024, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma, a administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2024, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria:

- i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis;
- ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas;
- iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa;

iv) elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

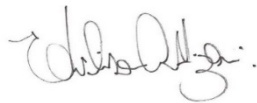
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7



Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.979	2.628	Fornecedores	12	36.658	37.111
Contas a receber	4	25.300	38.025	Obrigações tributárias	13	2.431	3.158
Tributos a recuperar	5	1.974	1.567	Obrigações sociais e trabalhistas		1.152	1.167
Estoques	6	53.042	34.485	Debêntures	14	62.032	42.926
Depósitos vinculados - contas reserva	7	11.103	9.210	Empréstimos e financiamentos	15	9.951	146.226
Despesas antecipadas		124	162	Passivo de arrendamento	11	1.703	1.593
Adiantamento a fornecedores	8	11.139	19.829	Pesquisa e desenvolvimento	16	1.124	434
Total do ativo circulante		115.661	105.906	Total do passivo circulante		115.051	232.615
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		353	332	Fornecedores	12	12.289	19.038
Partes relacionadas	9	36.271	36.272	Partes relacionadas	9	52.680	50.207
Imobilizado	10	124.711	163.791	Debêntures	14	676.209	682.689
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	11	2.103	3.183	Passivo de arrendamento	11	1.703	3.187
Total do ativo não circulante		163.438	203.578	Empréstimos e financiamentos	15	139.059	-
				Pesquisa e desenvolvimento	16	37.009	33.962
				Total do passivo não circulante		918.949	789.083
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	18	171.047	171.047
				Prejuízos acumulados		(925.948)	(883.261)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(754.901)	(712.214)
Total do ativo		279.099	309.484	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		279.099	309.484

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	20	191.953	170.884
Custos operacionais	21	(122.888)	(113.420)
Lucro bruto		69.065	57.464
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(5.429)	(8.219)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	160	203
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(5.269)	(8.016)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		63.796	49.448
Receitas financeiras	23	1.701	3.788
Despesas financeiras	23	(108.184)	(164.863)
Resultado financeiro, líquido		(106.483)	(161.075)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(42.687)	(111.627)
Prejuízo do exercício		(42.687)	(111.627)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(1,63)	(4,27)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(42.687)</u>	<u>(111.627)</u>
Resultado abrangente total	<u>(42.687)</u>	<u>(111.627)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>171.047</u>	<u>(771.634)</u>	<u>(600.587)</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(111.627)</u>	<u>(111.627)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>171.047</u>	<u>(883.261)</u>	<u>(712.214)</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(42.687)</u>	<u>(42.687)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>171.047</u>	<u>(925.948)</u>	<u>(754.901)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		(42.687)	(111.627)
Atualização de empréstimos	15	15.339	12.558
Atualização de debêntures	14	70.749	130.876
Atualização de arrendamento	11	307	838
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	16	1.945	1.718
Encargos financeiros sobre P&D	16	4.051	3.722
Amortização do custo de transação das debêntures	14	2.397	1.539
Amortização Arrendamento	11	1.080	863
Depreciação	10	39.314	39.262
		92.495	79.749
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	4	12.725	(16.952)
Tributos a recuperar	5	(407)	(221)
Estoques	6	(18.557)	(6.311)
Depósitos vinculados - contas reserva	7	(1.893)	2.690
Despesas antecipadas		38	18
Adiantamento a fornecedores		8.690	(1.434)
Depósitos judiciais		(21)	(32)
		575	(22.242)
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	13	(727)	(1.622)
Fornecedores	12	(7.202)	4.305
Obrigações sociais e trabalhistas		(15)	156
Pesquisa e desenvolvimento	16	(2.259)	(1.065)
Serviços compartilhados	9	2.473	2.330
Custo transação debêntures - provisão		107	(2.334)
		(7.623)	1.770
Pagamento de debêntures (juros)	14	(60.627)	(56.581)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	15	(12.555)	-
		(73.182)	(56.581)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		12.265	2.696
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	9	1	-
Compra de imobilizado	10	(234)	(83)
Transferências imobilizado	10	-	27
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimentos		(233)	(56)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	11	(1.681)	(1.614)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos		(1.681)	(1.614)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		10.351	1.026
Saldo no início do exercício	3	2.628	1.602
Saldo no final do exercício	3	12.979	2.628
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		10.351	1.026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas	214.484	190.960
Venda de energia	214.479	190.956
Outras receitas	5	4
Insumos adquiridos de terceiros	(61.151)	(50.451)
Custo de venda de energia	(46.372)	(31.693)
Serviços de terceiros	(8.257)	(12.133)
Materiais e outros	(6.522)	(6.625)
Valor adicionado bruto	153.333	140.509
Depreciação e amortização	(40.393)	(40.124)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	112.940	100.385
Valor adicionado recebido em transferência	1.701	3.788
Receitas financeiras	1.701	3.788
Valor adicionado a distribuir	114.641	104.173
Valor adicionado distribuído	114.641	104.173
Pessoal	11.639	10.473
Remuneração direta	7.986	7.362
FGTS	564	522
Benefícios	3.089	2.589
Tributos	20.250	17.260
Federais	20.250	17.260
Remuneração de capitais de terceiros	125.439	188.067
Aluguéis	17.255	23.204
Despesas financeiras	108.184	164.863
Remuneração de capitais próprios	(42.687)	(111.627)
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “PIII”) é uma sociedade por ações de capital aberto, “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8,73 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW (*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também é controlada pela Bolognesi Energia S.A.

No exercício de 2024, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional (“SIN”) no total de 33.385 MWh (*), (17.484 MWh (*) em 2023).

(*) Informação não financeira não auditada.

a) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 610 e (R\$ 126.709, em 31 de dezembro de 2023 negativo), prejuízos acumulados de R\$ 925.948 (R\$ 883.261, em 31 de dezembro de 2023) patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R\$ 754.901 (R\$ 712.214 em 31 de dezembro de 2023), em virtude do saldo das debêntures, obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada, por 91,07% das debêntures em circulação, a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures, o que corrobora o sucesso da Administração na renegociação de seus passivos junto aos credores financeiros.

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário no 1011161000005600 (CCB). O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores.

b) Processo de arbitragem – Reorganização Financeira Multiner S.A.

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Multiner e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Multiner pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

c) Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei no 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditoria interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2025.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

c) Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as demonstrações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

d) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

e) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

h) Provisão para pesquisa e desenvolvimento

Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos.

i) Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

j) Partes relacionadas

Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 9).

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2024, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

A Companhia não constituiu no exercício de 2024 o montante de R\$ 40.126 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

m) Impostos sobre receita

As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 10)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de "impairment" dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

b) Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 17)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Bancos - conta corrente	55	230
Aplicações financeiras (i)	12.924	2.398
Total	<u>12.979</u>	<u>2.628</u>

O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 12.979 (R\$ 2.628 em 31 de dezembro de 2023); e

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100,67% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. Contas a receber

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Suprimento de energia	25.300	37.994
Energia de cuto prazo - CCEE	-	31
Total	<u>25.300</u>	<u>38.025</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 25.300 (R\$ 38.025 em 31 de dezembro de 2023), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

A variação do saldo de contas a receber se deu em razão da receita variável decorrente da geração de energia ocorrida no exercício de 2023. O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
IRPJ	355	355
IRRF	730	458
CSLL	157	157
PIS/COFINS	732	568
Outros	-	29
Total	<u>1.974</u>	<u>1.567</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IRPJ e CSLL.

6. Estoques

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>) (i)	43.145	24.821
Peças para manutenção	9.701	9.459
Estoque de peças em poder de terceiros	196	205
Total	<u>53.042</u>	<u>34.485</u>

(i) Refere-se a óleo combustível HFO ("*Heavy Fuel Oil*") que é utilizado nos motores da operação de geração de energia.

7. Depósitos vinculados - contas reserva

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial o montante de R\$ 11.103 (R\$ 9.210 em 31 de dezembro de 2023), referente a conta de depósitos vinculados que está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. A estrutura das contas é a seguinte:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Conta centralizadora (a)	7.582	5.948
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	-	14
Conta reserva garantia (ONS) (c)	3.516	2.933
Conta escrow (BP North) (d)	5	315
Total	<u>11.103</u>	<u>9.210</u>

(a) conta centralizadora

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 17 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção:

- i) 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- ii) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas;

- iii) No exercício de 2024, o referido acordo permaneceu válido conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturista (“AGD”).

(b) Reserva de provisionamento e reserva de serviço de dívida

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas fixas e variáveis dos Contratos de Compra e Venda de Energia que foram concedidos fiduciariamente, respectivamente: (i) ao Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes, e (ii) ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

(c) Conta reserva garantia (ONS)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém depositado em conta reserva o montante de R\$ 3.516 (R\$ 2.933 em 31 de dezembro de 2023). O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST no 055/2011, a qual o Banco Daycoval S.A. figura como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia.

Dessa forma, o Banco Daycoval, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela Companhia referente ao contrato mencionado, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite de R\$ 2.353, dentro do prazo de 48 horas.

Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata.

(d) conta escrow BP North

Refere-se à conta escrow administrada pela BP North em garantia da aquisição de óleo combustível importado R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024 e (R\$ 315 em 31 de dezembro de 2023).

8. Adiantamento a fornecedores

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Pesquisa & desenvolvimento (i)	-	337
Adiantamento a funcionários	71	10
Adiantamento a fornecedores (ii)	<u>11.068</u>	<u>19.482</u>
Total	<u>11.139</u>	<u>19.829</u>

- (i) A Lei nº 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL. Em dezembro de 2024 o projeto foi encerrado (R\$ 337 em 31 de dezembro de 2023) representa os montantes investidos pela Companhia em projetos de P&D;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto de R\$ 11.068 é formado principalmente por: R\$ 5.578 referente à garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado e R\$ 4.771 referente à garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.

9. Partes relacionadas

	31.12.2024			31.12.2023		
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo
Estoques de terceiros em nosso poder						
Borborema Energética S.A. (i)	205	-	-	205	-	-
	205	-	-	205	-	-
Partes relacionadas						
Autódromo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	861	216	-	861	216
Ben Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. (ii)	94	-	-	94	-	-
Boa Fé Energética S.A. (iii)	-	1.940	-	-	1.433	-
Bolognesi Energia S.A. (ii)	-	-	6.060	-	-	6.060
Bolognesi Engenharia (ii)	-	-	-	1	-	-
Borborema Energética S.A. (i) e (iii)	16.227	294	2.963	16.227	273	2.963
Brasilterm Energia S.A. (ii)	-	-	54	-	-	54
Central Energética Palmeiras S.A. (iv)	19.475	-	-	19.475	-	-
Companhia Energética Rio da Prata S.A. (ii)	230	-	-	230	-	-
Criuva Energética S.A. (iii)	-	368	-	-	293	-
Da Ilha Energética S.A. (i) e (iii)	-	3.197	9	-	1.943	9
Flame Nova Aratu Holdings S.A. (iii)	-	23	-	-	23	-
Hidrotermica Comercializadora S.A. (iii)	-	151	-	-	151	-
Hidrotérmica S.A. (ii) e (iii)	245	1.213	-	245	1.020	-
Maracaná Geradora de Energia S.A. (iii)	-	602	-	-	576	-
Multiner S.A. (v)	-	-	33.126	-	-	33.126
São Paulo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	171	6	-	132	6
Serra Verde Energética S.A. (ii)	-	-	26	-	-	26
Serrana Energética S.A. (iii)	-	414	-	-	293	-
Vêneto Energética S.A. (ii) e (iii)	-	980	6	-	743	6
	36.271	10.214	42.466	36.272	7.741	42.466
Fornecedores						
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (vi)	-	-	2.099	-	-	2.099
	-	-	2.099	-	-	2.099
Total	36.476	10.214	44.565	36.477	7.741	44.565

	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	10.214	-	7.741
Empréstimos	36.271	42.466	36.272	42.466
Saldo final	36.271	52.680	36.272	50.207

- (i) A Companhia possui saldo de estoque (R\$ 16.227) que se refere a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R\$ 205). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (ii) A Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros;
- (iii) Serviços compartilhados: a Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas em 2021;
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a sua coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R\$ 3.700
- (v) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp), conforme Nota Explicativa nº 1 (b) – “Processo de arbitragem – Reorganização Financeira”;
- (vi) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas.

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia, e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi pago o montante de R\$ 252 (R\$ 344 em 31 de dezembro de 2023) referente as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (Plano de Saúde, Odontológico e Seguro de Vida).

Movimentação de partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Saldo inicial	36.272	50.207
Recebimento de empréstimos concedidos a partes	(1)	-
Serviços compartilhados	-	2.473
Saldo final	36.271	52.680

10. Imobilizado

a) Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,13%	35.656	(26.966)	8.690	11.588
Máquinas e equipamentos	8,79%	414.069	(305.222)	108.847	145.015
Móveis e utensílios	10,22%	137	(96)	41	55
Total imobilizado em serviço		449.862	(332.284)	117.578	156.658
Usinas - imobilizado em curso					
Material em depósito		7.133	-	7.133	7.133
Total imobilizado em curso		7.133	-	7.133	7.133
Total do Imobilizado		456.995	(332.284)	124.711	163.791

b) Mutação do Imobilizado

	31.12.2023	Adições	Depreciação	31.12.2024
Usinas - Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.588	-	(2.898)	8.690
Máquinas e equipamentos	145.015	234	(36.402)	108.847
Móveis e utensílios	55	-	(14)	41
Total imobilizado em serviço	156.658	234	(39.314)	117.578
Usinas - imobilizado em curso				
Material em depósito	7.133	-	-	7.133
Total imobilizado em curso	7.133	-	-	7.133
Total do Imobilizado	163.791	234	(39.314)	124.711

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement* (PPA).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01 (R1) / (IAS 36), para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- Data-base da avaliação: 31 de dezembro de 2024;
- Metodologia: método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- Período de projeção: de 1º janeiro de 2025 até o final do período do *Power Purchase Agreement - PPA* (31/12/2027);
- Moeda de projeção: os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 8,49% para a Companhia;
- Ajustes: ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base destas demonstrações financeiras em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / (IFRS 16), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- a) Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses;
- b) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são:

	Ativo	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo inicial	<u>3.183</u>	<u>4.046</u>
Amortização	(1.080)	(863)
Saldo final	<u><u>2.103</u></u>	<u><u>3.183</u></u>
	Passivo	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo inicial	<u>4.780</u>	<u>5.556</u>
Variação Monetária	307	838
Pagamento	(1.681)	(1.614)
Saldo final	<u><u>3.406</u></u>	<u><u>4.780</u></u>
Circulante	1.703	1.593
Não Circulante	1.703	3.187

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31 de outubro de 2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2024, são conforme segue:

Fluxo de Pagamento			
31 de dezembro de 2024	Fluxo Contratado	Até 12 meses	Até 24 meses
Passivo de arrendamento	3.406	1.703	1.703

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 5,08% a.a. para 31 de dezembro de 2025 divulgado no Focus (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

	Direito de uso	
	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo real		
Direito de uso	3.183	4.046
Depreciação	(1.080)	(863)
Atualização	-	2.046

Fluxo inflacionado		
Direito de uso	1.570	2.389
Depreciação	(819)	(819)

	Passivo de arrendamento	
	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo real		
Passivo de arrendamento	3.406	4.780
Despesa financeira	(307)	(838)

Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	2.388	3.388
Despesa financeira	423	(561)

12. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	2.099	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	6	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	1.850	1.649
Materiais e serviços (i)	44.992	52.401
Total	48.947	56.149
Circulante	36.658	37.111
Não Circulante	12.289	19.038

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir:

- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$ 48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto de R\$ 18.340 (R\$ 24.467 em 31 de dezembro de 2023).
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo em aberto de R\$ 10.671 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2023).

13. Obrigações tributárias

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.132	1.139
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	367	353
PIS e COFINS s/faturamento	5	687
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	57	108
Outros tributos	870	871
Total	2.431	3.158
Circulante	2.431	3.158

14. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures	741.964	731.842
Custo de transação	(3.723)	(6.227)
Total de debêntures	738.241	725.615
Circulante	62.032	42.926
Não Circulante	676.209	682.689

Em 15 novembro de 2013, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição de R\$ 300.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nominativas e escriturais, em 4 séries de R\$ 75.000 cada, totalizando R\$ 300.000 na data da emissão

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e (iii) alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas instalada e suspensa em 05 de setembro, 03 de outubro, 18 de outubro e 10 de novembro de 2023, e reaberta e encerrada em 12 de dezembro de 2023 às 14 horas e 30 minutos, os debenturistas representando 91,07% (noventa e um inteiros e sete centésimos por cento) das debêntures em circulação por unanimidade, deliberaram pela aprovação da sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado da Emissão, ocorrido em 1º de setembro de 2017.

Características das debêntures reestruturadas

A reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures, seguem conforme quadro a seguir:

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Primeira Série	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Segunda Série	2-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	2-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	2-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Terceira Série	3-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	3-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	3-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Quarta Série	4-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	4-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	4-C	31/12/2060	TR	No vencimento

As novas taxas de remuneração serão aplicadas a contar da data de assinatura dos aditivos contratuais.

Nos termos do acordo, as garantias para cada tranche serão estabelecidas da seguinte forma:

- Tranches A e B, mantiveram as garantias originais da emissão e adicionalmente foi constituída uma nova garantia para a Tranche C sobre 30% dos direitos Líquidos da Ação Aneel.
- Constituição de caixa mínimo no valor de R\$ 15.000 mil;
- Cash Sweep dos valores acima do R\$ 15.000 mil aferidos e pagos semestralmente, a partir da composição do caixa mínimo.

Movimentação de debêntures

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	725.615	652.115
Pagamento de juros com conta reserva	(60.627)	(56.581)
Apropriação Juros e multa	38.875	109.467
Atualização de debêntures	31.874	21.409
Custo de transação	107	(2.334)
Amortização de custo de transação	2.397	1.539
Saldo final	738.241	725.615

Saldo de debêntures por tranche

31.12.2023				
Tranche	A	B	C	Total
1a série	47.678	107.655	75	155.408
2a série	61.275	135.838	75	197.188
3a série	58.629	133.224	75	191.928
4a série	58.197	129.046	75	187.318
	225.779	505.763	300	731.842

31.12.2024

Tranche	A	B	C	Total
1a série	45.319	117.616	75	163.010
2a série	45.376	148.670	75	194.121
3a série	43.416	145.789	75	189.280
4a série	55.317	140.161	75	195.553
	189.428	552.236	300	741.964

15. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	31.12.2024	31.12.2023
		Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Circulante
Spesi	69.521	149.010	146.226
		149.010	146.226
Circulante		9.951	146.226
Não Circulante		139.059	-

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Tranche	Valor Original	Data Contratação	Modalidade	Remuneração	Valor Repactuado	Início	Término	31.12.2024			31.12.2023		
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Spesi	1-A		28/10/16	Capital Giro	IPCA + 6,40% a.a.	43.019	08/03/2024	31/03/2028	16	3	13	1	-	1
Spesi	1-B	69.521	28/10/16	Capital Giro	IPCA + 5% a.a.	107.055	08/03/2024	31/12/2072	1	-	1	-	-	-
Spesi	1-C		28/10/16	Capital Giro	TR	1	08/03/2024	31/12/2060	1	-	1	-	-	-

Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios no 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A (Cedente) e Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito no 687614(101116100005600).

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário no 101116100005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1a (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A (Escritura de Emissão).

Adicionalmente, em linha com o disposto na cláusula 6.28.1, XVIII da Escritura de Emissão, a Across peticionou, em conjunto a Emissora, informando a desistência da ação monitória no 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, a qual tinha a finalidade de cobrar o crédito da CCB e estava suspenso para tentativa de acordo entre as partes.

Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizado multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórias, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário no 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB).

Reestruturação da dívida

Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas “Tranche A”, “Tranche B” e “Tranche C”, respectivamente (em conjunto, as Tranches), as quais serão pagas segundo critérios distintos, estabelecidos a seguir:

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Tranche	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Mensal (início maio)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento

Descrição	Tranche	Curto prazo	Longo prazo	Total
Tranche	1-A	9.951	23.857	33.808
	1-B	-	115.201	115.201
	1-C	-	1	1
		9.951	139.059	149.010

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	146.226	133.668
Pagamento	(12.555)	-
Apropriação Juros e multa	10.383	-
Atualização de empréstimos	4.956	12.558
Saldo final	149.010	146.226

Garantias e cláusulas restritivas

Como garantia da operação com o Spesi, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos:

- a) avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelio Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda.,
- b) cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Pesquisa e desenvolvimento				
	FNDCT	MME	P&D	TOTAL	
Saldo inicial	14.916	7.459	12.021	34.396	
Provisão	778	389	778	1.945	
Juros	1.845	922	61	2.828	
Multa	38	18	41	97	
Projetos finalizados	-	-	(345)	(345)	
Atualização Selic	-	-	1.126	1.126	
Pagamentos	(722)	(361)	(831)	(1.914)	
Saldo final	16.855	8.427	12.851	38.133	
	Circulante	139	69	916	1.124
	Não Circulante	16.716	8.358	11.935	37.009

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei no 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas no 316, de 2008, e no 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

17. Provisão para passivos contingentes

Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- i) Perda provável** – são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%;
- ii) Perda possível** – são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%.

a) Causas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ações classificadas como de perda provável.

b) Causas possíveis

A Companhia possui ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Regulatório (i)	557.371	389.923
Tributário (ii)	11.609	10.488
Cível	460	-
Total	569.440	400.411

- (i) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à empresa o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital. Suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial, com embargos de declaração da Aneel pendente de julgamento. A classificação de risco em 31 de dezembro de 2024 é possível no valor de R\$ 442.305 (R\$ 389.923 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia ajuizou em 2017 ação contra a Aneel visando suspender a exigibilidade dos débitos imputados à PIII nas liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica ou na apuração da receita de venda dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, seguite e futuras, ocorridas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – oriundos de indisponibilidade da usina, apurada em base horária e não conforme a média dos 60 (sessenta) meses anteriores, nos exatos termos da Resolução Normativa n. 169/2005 (substituída pela Resolução Normativa n. 614/2014), bem como sejam suspensos quaisquer ônus, encargos ou penalidades decorrentes dessa contabilização. A sentença foi favorável à PIII, proferida em dezembro de 2019, com recurso de apelação da Aneel pendente de julgamento pelo TRF. A classificação de risco na controlada PIII, em 31 de dezembro de 2024 é possível no valor de R\$ 115.066.

- (ii) A Companhia possui 03 (três) processos administrativos de natureza tributária, com valor em risco de R\$ 11.609 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.488 em 31 de dezembro de 2023), relacionado por suposta insuficiência de recolhimento atinentes ao PIS e Cofins; e a utilização indevida de créditos atinentes ao PIS e Cofins, pela suposta exclusão da base de cálculo das referidas contribuições receitas atinentes a Notas Fiscais de venda de energia elétrica.

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes a 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(1,63)	(4,27)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2024, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de R\$ 876.158. (R\$ 836.031 em 31 de dezembro de 2023) referente ao prejuízo fiscal e R\$ 876.158 (R\$836.031 em 31 de dezembro de 2023) referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

20. Receita operacional líquida

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita operacional bruta		
Fixa (i)	183.915	175.482
Variável (ii)	30.373	15.370
Energia de curto prazo MCP	191	103
	<u>214.479</u>	<u>190.955</u>
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(19.829)	(17.664)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.946)	(1.718)
Encargos setoriais	(751)	(689)
	<u>(22.526)</u>	<u>(20.071)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>191.953</u></u>	<u><u>170.884</u></u>

(i) A variação é decorrente da atualização pelo IPCA;

(ii) A variação apresentada na receita variável refere-se a maior necessidade de despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que no exercício de 2024 a Companhia disponibilizou o equivalente a 33.385 MWh^(*) (17.484 MWh^(*) em 31 de dezembro de 2023).

(*) Informação não financeira não-auditada.

21. Custos operacionais

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Compra Energia MCP (i)	(169)	(159)
Encargo de uso do sistema de transmissão (ii)	(18.777)	(16.657)
Pessoal	(10.408)	(9.151)
Combustíveis e lubrificantes (iii)	(24.750)	(12.474)
Materiais	(4.654)	(3.962)
Serviços de terceiros	(5.160)	(5.292)
Aluguéis (iv)	(15.668)	(21.080)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(1.286)	(1.974)
Depreciação e amortização	(40.393)	(40.124)
Seguros (v)	(1.486)	(2.158)
Outros	(137)	(389)
Total de custos	<u>(122.888)</u>	<u>(113.420)</u>

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iii) O custo com combustíveis e lubrificantes referem-se à aquisição de combustível para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou 33.385 MWh ^(*) em 2024 comparado a 17.484 MWh ^(*) em 2023 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (iv) A variação refere-se principalmente a redução no preço dos aluguéis de tanques para armazenamento de 50% entre os meses de setembro a dezembro de 2024 da Companhia, o que justifica o saldo a redução no saldo da rubrica R\$ 15.223 em 31 de dezembro de 2024 (R\$20.482 em 31 de dezembro de 2023);
- (v) A variação da rubrica refere-se à redução do custo com o prêmio do seguro de risco operacional da Companhia R\$ 1.476 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.146 em 31 de dezembro de 2023).

(*) Informação não financeira não-auditada.

22. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Pessoal e administradores	(3.499)	(3.316)
Serviços de terceiros (i)	(1.600)	(4.588)
Seguros	(115)	(131)
Outros	(215)	(184)
Total de despesas	<u>(5.429)</u>	<u>(8.219)</u>

- (i) A redução apresentada na rubrica refere-se à menor necessidade de contratação de serviços de assessoria e honorários jurídicos no exercício R\$ 899 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.739 em 31 de dezembro de 2023).

b) Outras receitas (despesas)

	31.12.2024	31.12.2023
Recuperação de outras despesas (i)	155	200
Outras receitas	5	3
Total de outras receitas (despesas), líquidas	160	203

- (i) A variação apresentada na rubrica refere-se à restituição de impostos aduaneiros de fevereiro de 2016 em março de 2024.

23. Resultado financeiro, líquido

	31.12.2024	31.12.2023
Receita sobre aplicação financeira (i)	1.379	915
Juros sobre depósitos judiciais	20	32
Descontos obtidos (ii)	8	2.197
Variação cambial ativa (iii)	190	635
Variação monetária ativa (iv)	104	9
Total de receitas financeiras	1.701	3.788
Juros e multas das debêntures (v)	(38.875)	(109.911)
Variação monetária debêntures (v)	(31.874)	(20.965)
Amortização do custo das debêntures (v)	(2.397)	(1.539)
Juros de financiamentos	(10.384)	(24.008)
Juros fornecedores	(1.925)	(746)
Juros passivos	(6.251)	(5.357)
Variações monetárias passivas (vi)	(6.748)	(1.466)
Multas	(294)	(454)
Fiança	-	(42)
Working Capital (vii)	(9.161)	-
IOF	(275)	(375)
Total de despesas financeiras	(108.184)	(164.863)
Resultado financeiro líquido	(106.483)	(161.075)

- (i) A variação refere-se a rendimentos aplicação financeira. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100,67% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) A variação na rubrica refere-se ao desconto obtido na quitação antecipada do parcelamento com o fornecedor Wartsila no exercício de 2023;
- (iii) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira;
- (iv) A variação apresentada refere-se à atualização dos arrendamentos dos terrenos da Usina;
- (v) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização do indexador de amortização das debêntures de 6,40% a.a. + IPCA em 2024 (9,11% a.a. + IPCA em 2023).
- (vi) Os valores apresentados referem-se: **(i)** atualização de empréstimos da Spesi; e **(ii)** atualização de arrendamento dos terrenos da Usina;
- (vii) Refere-se a garantia na aquisição de combustível para geração de energia.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Mensuração	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de	Nível 1	12.979	12.979	2.628	2.628
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	25.300	25.300	38.025	38.025
Depósitos vinculados - contas reserv	Valor justo por meio de	Nível 1	11.103	11.103	9.210	9.210
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.271	36.271	36.272	36.272
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	48.947	48.947	56.149	56.149
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	52.680	52.680	50.207	50.207
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	149.010	161.260	146.226	155.769
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	738.241	867.014	725.615	731.452

(*) Em 31 de dezembro de 2024, a saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 3.723 (R\$ 6.227 em 31 de dezembro de 2023).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Contábil		Valor Justo	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	12.979	2.628	12.979	2.628
Depósitos vinculados - contas reserva	11.103	9.210	11.103	9.210
Partes Relacionadas	36.271	36.272	36.271	36.272
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	149.010	146.226	161.260	155.769
Debêntures*	738.241	725.615	867.014	731.452
Partes relacionadas	52.680	50.207	52.680	50.207

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	48.947	48.948	36.658	6.145	6.145	-
Empréstimos e Financiamentos	149.010	149.010	9.951	18.564	37.128	83.367
Debêntures	738.241	738.241	62.032	95.623	261.132	319.454
Financiamento por arrendamento mercantil	3.406	3.406	1.703	1.703	-	-

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2024.

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 31 de dezembro de 2024. O cenário I considera

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2024

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA a taxa média de 5,08% (BM&F Bovespa) em 31 de dezembro de 2024. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

	31.12.2024				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição Líquida IPCA	188.658	196.637	204.936	213.565	222.538
Impacto da variação	(16.278)	(8.299)		8.629	17.602
Debêntures - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição Líquida IPCA	621.245	641.216	661.774	682.935	704.716
Impacto da variação	(40.529)	(20.558)		21.161	42.942
Debêntures - Tranche C - TR					
Debêntures					
Exposição Líquida IPCA	300	304	304	304	308
Impacto da variação	(4)	-		-	4
CCB - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição Líquida CDI	25.203	25.203	25.203	25.203	25.203
Impacto da variação	-	-		-	-
CCB - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição Líquida CDI	68.813	103.219	136.057	172.032	206.439
Impacto da variação	(67.244)	(32.838)		35.975	70.382

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a *BP North America Petroleum* decorrente de *Demurrage* (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros era a seguinte:

Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Risco Operacional	HDI Seguros S.A.	17.01.2025 a 17.01.2026	1.570	120.000
Responsabilidade Civil Geral	Ezze Seguros S.A.	26.04.2024 a 26.04.2025	14	20.000
Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	06.08.2024 a 06.08.2025	592	100.000

O escopo de trabalho de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

26. Eventos subsequentes

Renovação contrato de seguro

Em 17 de janeiro de 2025, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2026.

Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil

Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia e arrendatária celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças, dos terrenos onde está instalada a Usina Termelétrica Pernambuco III.

As partes sucederam os direitos e obrigações advindos dos Instrumentos Particulares de Arrendamento datados de 30 de novembro de 2010 e 18 de janeiro de 2019. O novo Instrumento substitui integralmente e consolida todos os instrumentos anteriores de arrendamento firmados entre as partes e o prazo do arrendamento se inicia na data de assinatura do presente contrato, quando substitui plenamente os contratos originais, permanecendo vigente até o dia 31 de dezembro de 2044.

A Companhia poderá resilir antecipadamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza até o dia 31 de dezembro de 2030, mediante notificação por escrito, com no mínimo, 30 dias de antecedência.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originária do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que disciplina a reforma tributária sobre o consumo.

A nova legislação regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, que em linhas gerais, consolida cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A nova legislação implementa também o IS (Imposto Seletivo) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Haverá um período de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Processo de arbitragem – Reorganização Financeira

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

* * *